

HABEAS CORPUS Nº 548.018 - PR (2019/0353952-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : ANTONIO CARLOS MENEGASSI
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS MENEGASSI - PR007400
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RODRIGO FELIX DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em benefício de RODRIGO FELIX DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0043142-72.2019.8.16.0000 para manter a prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente nos autos da Ação Penal n. 0003327-17.2017.8.16.0072.

Depreende-se dos autos que o acusado, após ser preso temporariamente em 9/8/2017, teve a prisão convertida em preventiva no dia 23/9/2017 e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 2º da Lei n. 12/850/2013, 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/2006, 14 da Lei n. 10.826/2003 e 244-B da Lei n. 8.069/1990, tudo em concurso material.

Consta, ainda, que o réu, juntamente com outros dezesseis comparsas, estaria sendo investigado na "Operação *Raptus*" por integrar grupo criminoso ligado à facção criminosa denominada Primeiro Comando da Capital – PCC, voltado para a prática de diversos crimes, entre eles o tráfico de drogas.

Nesta via, alega o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente encontra-se preso preventivamente desde 9/8/2017 e que, embora tenha ocorrido o término da instrução processual, não há previsão para a formação da culpa, o que configuraria flagrante excesso de prazo na prisão cautelar, para o qual não teria concorrido a defesa.

Sustenta, ainda, que a ilegalidade se perfaz também pela inidoneidade dos fundamentos do decreto preventivo, que não teriam demonstrado concretamente de que forma, em liberdade, o réu colocaria em risco a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação de lei penal (art. 312 do Código de Processo Penal).

Por fim, negando a autoria delitiva, defende que as condições pessoais do paciente lhe são favoráveis.

Requer, assim, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade.

É o relatório.

O pleito não merece acolhimento.

Sabe-se que o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Não bastasse, da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se

vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem assim consignou:

*"Os fundamentos expostos no habeas corpus nº 0047933-84.2019.8.16.0000 referente aos corréus também se aplicam ao presente caso, do mesmo processo-crime subjacente, eis que conforme visto, trata-se de **processo complexo, com pluralidade de réus (17) e de fatos (42)**.*

*Cumpre ressaltar que o paciente foi denunciado pelos crimes de **associação ao tráfico de drogas (1º fato), organização criminosa (2º fato), corrupção de menores (3º fato), tráfico de drogas (40º fato) e receber munições em desacordo com determinação legal (42º fato)**, o que acarreta a maior delonga processual para apuração destes e dos demais delitos.*

*Ademais, observa-se que **os autos se encontram em fase de alegações finais**, sendo que o Ministério Público requereu diligências necessárias para o deslinde do feito. Dessa forma, a Magistrada a quo determinou o cumprimento das diligências, bem como posteriormente proferiu despacho no sentido de requisitar informações quanto ao cumprimento daquelas.*

Não obstante o lapso temporal da prisão processual, a necessidade do aguardo das diligências exige um período de tempo maior do que o normal para a realização da instrução processual" (e-STJ fls. 30-31, grifou-se).

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, havendo fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental, diante da complexidade dos autos.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal de origem e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator